

# DA ALFABETIZAÇÃO À ESCOLARIZAÇÃO: *primeiras* *aproximações ao programa Fortaleza* *Alfabetizada*

*Rejane Mary Moreira*<sup>1</sup>  
*Eliane Dayse Pontes Furtado*<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa se insere no campo da Educação de Jovens e Adultos e tem como objetivo analisar o Programa Fortaleza Alfabetizada, examinando como e até que ponto ele está contribuindo para resolver e/ou minimizar a descontinuidade histórica da escolarização em nível de ensino fundamental dos jovens e adultos egressos deste Programa, no município de Fortaleza. A pesquisa está fundamentada numa abordagem qualitativa. Toma como base a observação participante. Este artigo busca trazer as primeiras aproximações ao Programa, a partir do que já foi pesquisado até o momento. Considerando os resultados desse trabalho, o estudo sugere que, para se buscar caminhos favoráveis à formação do educador, deve-se adotar medidas de seleção para que o Programa caminhe para a constituição de uma nova didática com profissionais comprometidos e habilitados ao magistério de EJA; uma oferta que não seja de políticas compensatórias, que vise romper com as práticas das antigas campanhas de caráter assistencialista, descomprometidas com a continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade; uma proposta de educação inovadora na seleção de conteúdos e orientações didáticas, que considere as pessoas como sujeitos dos processos e respeite a diversidade como valor e que seja continuada e libertadora.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Escolarização. Programa Fortaleza Alfabetizada.

---

<sup>1</sup> Possui Graduação em Filosofia e Letras pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialização em Educação Brasileira pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará-UFC.

<sup>2</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1968), mestrado em Desenvolvimento Social e Rural pelo Agricultural Education and Rural Development Centre - Faculty of Education - University of Reading (1986) Inglaterra. Obteve o título de PhD no International Development Centre- Faculty of Economics and Social Sciences Victorian University of Manchester (1991). Desenvolveu programa de Pós-doutorado como professora visitante no Instituto de Educação de Londres no período de 1996 a 1998. Desde 1991 é professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira e do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

## 1. Introdução

A despeito de várias campanhas de alfabetização, ao longo da nossa história, o País continua com elevado índice de analfabetismo absoluto e funcional. Segundo a UNESCO (2008, p. 11), “Mundialmente são 774 milhões de jovens e adultos (a maioria mulheres) que não sabem ler e escrever e, no Brasil, ainda representam mais de 10% da população”. E ainda acrescenta, dizendo que é “considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.” (UNESCO, 2008, p. 57).

Isso significa que, além da preocupação com o analfabetismo, problema que persiste no Brasil, emerge o cuidado com aquele de caráter funcional, que é a falta de capacidades para fazer uso efetivo das habilidades da leitura e da escrita nas mais diferentes esferas da vida social, após alguns anos de escolarização. Essa realidade, em parte, resulta do fato de que as campanhas de alfabetização ocorrem sempre na perspectiva de políticas compensatórias e não de políticas públicas.

A perspectiva de Freire, corroborada por vários autores - Di Pierro (2005), Haddad (2007), dentre outros -, concebe o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais, sendo, portanto, efeito e não causa da pobreza. Para Freire (2006, p. 26), “a educação teria o papel de libertar os sujeitos de uma consciência ingênua, herança de uma sociedade opressora, agrária e oligárquica, transformando-o em consciência crítica”.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Haddad (2007) admite que a alfabetização de adultos constitui uma dívida histórica à população mais pobre, que deve ser reparada sob pena de um aprofundamento das desigualdades sociais, fortemente alimentadas pelas estruturas sociais, cada vez mais aviltantes. Assim colocada, a educação de jovens e adultos é um direito conquistado na luta diária dos que dela necessitam ou nela atuam, sendo, portanto, uma importante bandeira de luta a ser deflagrada nos dias atuais.

Orientada nesse sentido, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI vem tentando pensar políticas que buscam garantir a democratização da educação, permitindo que a EJA possa ser, efetivamente, tratada como direito humano fundamental. Em relação aos jovens e adultos, fica registrado o compromisso (ainda, não efetivado) com a educação ao longo da vida, extrapolando, assim, a noção de EJA como sinônimo apenas de escolarização, fazendo valer os sentidos da EJA fixados em Hamburgo.

Nesse contexto, na busca de uma política pública que alavanque o processo de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, a alfabetização toma uma feição política e social, caracterizando-se como um processo, o qual tem início muito antes do acesso à escola, pois o conhecimento acumulado nas interações com os diversos grupos sociais dos quais os alunos fazem parte é a referência principal. Representa um esforço constante promover a constituição efetiva de um elemento essencial à cidadania, à leitura de texto, da sociedade e da cultura, reafirmando a máxima freireana (FREIRE, 1987, p. 47) de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

Este artigo se insere no campo da Educação de Jovens e Adultos e tem como objetivo analisar o Programa Fortaleza Alfabetizada<sup>3</sup>, buscando trazer as primeiras aproximações ao que é o Programa e sua contribuição para a continuidade da escolarização, ou seja, do estudo de seus usuários em outras turmas de EJA. A pesquisa está fundamentada numa abordagem qualitativa e lança mão de procedimentos que visam apreender a dinâmica da realidade, recuperando o maior número de determinações possível. Toma como base a observação participante, os recursos da história oral, entrevistas, grupos focais e histórias de vida. Em se tratando de uma pesquisa com resultados parciais, o presente texto não tem a pretensão de fechar nenhuma discussão, apresentando-se, ao contrário, como início de um grande e interessante debate.

---

<sup>3</sup> Programa da Prefeitura Municipal de Fortaleza que aderiu ao Brasil Alfabetizado e ganhou uma feição própria

A escolha por essa temática deriva não somente da relevância do tema, como também da inserção profissional das autoras na área, como educadoras e pesquisadoras. Uma delas, doutoranda, coordenadora do Programa Brasil Alfabetizado de 2003 a 2008 e coordenadora do Programa Fortaleza Alfabetizada; a outra, professora e pesquisadora da Universidade. Ambas com práticas que certamente nortearão o olhar para o desvelamento de questões relacionadas ao Programa em foco.

Na reflexão sobre esse problema, a questão que se coloca é perceber se o Programa Fortaleza Alfabetizada seria só mais uma campanha ou se está cumprindo um de seus objetivos prioritários que é contribuir para a continuidade e terminalidade da escolarização de seus usuários. Nesse sentido, busca-se fazer uma investigação orientada no sentido de recuperar a trajetória de vida desses alunos, localizando a pertinência ou centralidade da escolarização em suas vidas, além de alcançar a contribuição desse programa no sentido do incentivo à continuidade dos estudos na educação de jovens e adultos.

## **2. Em Que Consiste O Programa**

O Programa em foco, protagonizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, fundamenta-se no lastro legal que concebe a educação como direito de todos e dever do estado e da família, em colaboração com a sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania, tal como prevê o artigo 208 da Constituição Federal (1988).

Com base no direito constitucional, confirmado e reafirmado na LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), que transformou a Educação de Jovens e Adultos em modalidade da educação básica, no PNE, Lei nº. 10.172/01 e demais resoluções e dispositivos legais, a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, ciente de seu papel constitucional, o estruturou desenhando-o com características próprias. Seu objetivo mais amplo é garantir os direitos educativos à população jovem e adulta

descolarizada, contribuindo para superar a histórica descontinuidade entre a alfabetização e a escolarização na EJA, através da política de acolhimento, nas unidades da rede municipal de ensino de Fortaleza, possibilitando assim, a terminalidade dos estudos.

Portanto, com esse objetivo de garantir os direitos educacionais a toda população, a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza realizou adesão ao Programa Brasil Alfabetizado, promovendo, numa ação compartilhada, o Programa Fortaleza Alfabetizada. Na perspectiva de garantir uma educação democrática, o Programa define a alfabetização como início de uma trajetória educacional, anunciando a intenção de proporcionar continuidade de estudos aos egressos, na perspectiva de uma educação continuada que possibilite acolhimento igual às diferentes pessoas que a ela têm direito.

O Programa previsto para ser desenvolvido em seis meses teve início em fevereiro de 2012, finalizando em agosto deste mesmo ano. Foi instituído no formato de Campanha de Alfabetização, constituindo-se com uma feição própria quando o associa ao método cubano *Yo Si Puedo*, conhecido como "Sim Eu Posso", numa tentativa de encurtar caminhos. Inicia-se nos três primeiros meses com o método "Sim, Eu Posso", e os outros três meses com a metodologia de Paulo Freire, a partir da vivência do "Círculo de Cultura", com 02 horas de duração, de segunda a sexta-feira.

O método "Sim Eu Posso" adquire uma dinâmica própria no país onde se aplica, mas é, em suma, um método alfanumérico, isto é, relaciona cada letra a um número sob a alegação de que os alfabetizandos conhecem bem os números<sup>4</sup>. Nele, a centralidade do processo alfabetizador está no uso da TV, com as vídeo-classes. Os passos prescritos no processo e simbolizados por figuras no vídeo envolvem: observar, ler e escrever. As etapas são: adestramento (as primeiras aulas devem ser destinadas a fazer exercícios de habilidades motoras, principalmente com as vogais);

---

<sup>4</sup> Diz-se que haveria uma outra justificativa para esta política, segundo a qual seria uma reinvenção de uma escrita numérica utilizada pelo herói cubano José Martí para burlar os inimigos durante a guerra de libertação de Cuba do domínio espanhol.

depois, ensino da leitura e da escrita, do simples para o complexo, 42 aulas; por último, consolidação, que consiste em fixar os conhecimentos, no total de 11 aulas.

O que pode ser visto como positivo no método é o uso da televisão, pelo valor simbólico que as pessoas dão ao que se passa nela. Como estão habituadas a acompanhar novelas na TV, sua utilização pelo método funciona como se cada aula fosse um capítulo e, por isso, os alunos não faltam. Fechado em si mesmo, apresentando começo, meio e fim, ele exige dos alunos uma frequência praticamente total e, ainda, se pode dizer que ajuda quando não há pessoas qualificadas para coordenar o processo alfabetizador. Entretanto, nesse método já está tudo pronto, não há possibilidade de intervenção, reduzindo a ação do educador e a possibilidade de desenvolver uma alfabetização que eleja o tema social e local, como prioridade. Além de não levar em conta o que o educando sabe, não trabalha a linguagem a partir do texto, da unidade semântica, de seu uso social e de sua expressão estética.

Métodos como este prometem rapidez e praticidade, mas abandonam princípios e práticas historicamente construídos e reconstruídos em nosso país, implementados através de investimentos públicos, embora, entrecortados pela descontinuidade das mudanças de gestão política.

Mesmo assim, o método não foi utilizado em seu formato original, uma vez que, no Ceará, passou por uma adaptação nas tele-aulas para ser utilizado em práticas alfabetizadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Ceará - MST, que deu uma assessoria à Prefeitura.

O Programa referente a 2011 foi executado em 2012, desenvolvido em seis meses. Teve início em fevereiro de 2012, finalizando em agosto deste mesmo ano (o programa de 2012 será executado em 2013, previsto para iniciar em agosto. Vale ressaltar que a atual administração não compartilhou a ação do Fortaleza Alfabetizada com o PBA, a adesão da prefeitura se restringiu ao Programa Brasil Alfabetizado), instituído no formato de Campanha de Alfabetização.

A Prefeitura estabeleceu uma meta de atendimento de 30.000 alfabetizando num primeiro semestre e mais 30.000 num segundo, tendo atendido

até o final de 2012 cerca de 21.500 alfabetizandos ou 6,9% do total de 180.000 analfabetos com mais de 15 anos, em Fortaleza.

O Programa iniciou com 1.420 alfabetizadores e 200 coordenadores de turmas, contando com uma coordenação de 34 pessoas, dentre as quais 09 militantes do MST, compondo a Brigada “Educadores Sem Fronteira”. O programa contou com a seguinte estrutura funcional: *Coordenação Executiva, Coordenação Técnico-pedagógica e Apoio Técnico Administrativo*.

A coordenação executiva é um grupo formado por seis profissionais responsáveis pela parte administrativa e pedagógica, com dedicação exclusiva para a implantação, implementação, acompanhamento e avaliação de todas as ações do programa. Tem como tarefa principal propor medidas e articular recursos financeiros, materiais e humanos necessários, sendo também responsável pelos ajustes didático-pedagógicos no percurso do programa.

A Coordenação Técnico-pedagógica é uma equipe composta de 20 profissionais responsáveis pelo planejamento e execução da agenda dos cursos de formação inicial e continuada, que assume a tarefa de mediar a comunicação e orientação dos professores com as diretrizes administrativas e pedagógicas do programa. Cada coordenador pedagógico é responsável pelo acompanhamento, avaliação e relatoria do desempenho de 10 coordenadores de turmas – equivalente a 100 turmas de alfabetização e 1.500 educandos.

O apoio Técnico-administrativo é composto por quatro profissionais qualificados para o desempenho das atividades de suporte administrativo e operacionalização das demandas das coordenações executiva e pedagógica.

Os Coordenadores (as) de Turmas são colaboradores graduados, credenciados para intermediar e orientar a realização dos procedimentos didático-pedagógicos a serem desenvolvidos pelos alfabetizadores do programa, atuando como elos de ligação entre as turmas de alfabetização e coordenação técnico-pedagógica. Cada coordenador (a) de turmas é responsável pelo acompanhamento semanal, para avaliação e possíveis intervenções, de 10 salas de alfabetização.

Os (as) alfabetizadores (as) são colaboradores com escolaridade mínima de nível médio, convidados (as) a mobilizar pessoas não alfabetizadas no entorno da região em que residem ou desenvolvem alguma atividade de natureza sócio-comunitária. É, de fato, o protagonista do processo de ensino da leitura e da escrita na sala de aula, pois seu trabalho consiste não só na mobilização, mas, e principalmente, na sustentação do educando em sala de aula.

Tendo em vista a mobilização dos alunos e a formação das turmas, a Prefeitura lançou um edital convocando os alfabetizadores a tomar parte do processo de mobilização, desde que esses formassem suas turmas de alfabetizandos, cada turma com até 14 estudantes. A participação dos movimentos sociais na mobilização de educadores e alfabetizandos também foi utilizada, havendo um grande envolvimento de associações e entidades da sociedade civil, participação destacada como fator positivo ao Programa.

### **3. A Proposta Formativa Do Programa Fortaleza Alfabetizada**

Partido da compreensão de que o alfabetizador deve atuar como agente de mudança, e tomando como referência uma perspectiva que elege a conscientização e a transformação como focos de aprendizagem, o projeto formativo concebido para o Programa Fortaleza Alfabetizada segue o modelo libertador inaugurado nas experiências de alfabetização de jovens e adultos, realizadas por Paulo Freire na década de 1960, e continuado pelas vivências de educação popular.

No fundo, o projeto visa a oferecer aos jovens e adultos a possibilidade de iniciarem a alfabetização e continuarem seus estudos regulares no âmbito do ensino fundamental, acrescidos de lições de cidadania e profissionalização, grandezas condizentes com as vocações do município, das comunidades e dos indivíduos.

O processo de formação dos alfabetizadores, previamente selecionados, foi organizado em três momentos: a) uma formação inicial; b) Formação da equipe



pedagógica do Programa; c) Formação inicial dos alfabetizadores e coordenadores, que se deu ao longo de 40 horas-aula, quando esses, então, debruçaram-se sobre o referencial teórico e metodológico do programa.

A formação aconteceu no período noturno, especialmente porque o grupo de alfabetizadores selecionados desempenhava outras atividades durante o dia, além do trabalho no Programa acontecer no horário noturno. Além desse momento inicial, foi realizado, ainda, um segundo encontro de formação antes da segunda fase do programa - "Círculos de Cultura" -, que se deu através de encontros pedagógicos mensais, privilegiando o trabalho com essa ferramenta metodológica vivenciada por Paulo Freire. Para esse autor, a estratégia dos Círculos de Cultura substitui a

[...] "turma de alunos" ou a de "sala de aula"; "Círculo", porque todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. O animador coordena um grupo que não dirige e, a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo, que é o seu único método de estudo no círculo (FREIRE, 1987, p. 37).

A rigor, os círculos de cultura, nessa experiência, caracterizaram-se como uma importante inovação didática, que efetivamente possibilitou o diálogo, ainda que em alguns casos eles não tenham funcionado a contento. Essencialmente orientada pelo e para o diálogo, a referida metodologia traz um conjunto de inovações facilmente identificado em vivências e práticas interdisciplinares. Tomando como referência temáticas decorrentes do contexto de vida dos educandos, os círculos de cultura podem oportunizar importantes aprendizados pelo exercício da crítica e da participação dos sujeitos aprendentes.

Não se pode esquecer que o papel do educador tem relevância na aprendizagem do educando. O bom acolhimento e a valorização do aluno pelo professor de EJA possibilitam a abertura de um melhor canal de aprendizagem, pois fomentam o encontro dos saberes da vida com os saberes escolares. Nesse sentido, é fácil perceber como a relação professor/aluno é fundamental para o sucesso na

educação. Apostando nessa compreensão, a coordenação do Programa Fortaleza Alfabetizada realizou a formação dos educadores e coordenadores de turmas, tomando como referência a metodologia do Círculo de Cultura, com o objetivo de fazê-los compreender o sentido e a relevância de uma pedagogia de natureza dialógica, problematizadora.

De início observou-se uma certa curiosidade e inquietação por parte dos professores e coordenadores selecionados, visto tratar-se de uma metodologia que requeria do professor uma postura de mediador ou facilitador do processo de ensino, contrariando a prática tradicional de que o professor ensina e o aluno aprende, provocando um sentido de profunda incompreensão, tal como se pode ver no comentário de uma educadora:

*[...] quando venho para essa formação, venho cheia de dúvidas e volto mais confusa ainda. Esse jeito de ensinar traz ainda mais problemas para o ensino, porque se o aluno não sabe é o professor que tem que ensinar... (Educadora do PFA).*

Entende-se que essa afirmação decorre da dificuldade, não só, de compreensão do método, mas principalmente de adotar uma prática dialógica, dificuldade plenamente comprovada quando do acompanhamento de sua prática em sala de aula. Nesse sentido, foram visíveis as tentativas de debate descontextualizadas da realidade de vida dos educandos, tornando-se comum a constatação de realização de cópias do alfabeto, de repetição mecânica das letras e sílabas, enfim, de práticas pouco dialógicas e distanciadas das ideias defendidas por Freire, contrariando, assim, as orientações feitas por ocasião das formações. Tal realidade retratada pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA-PBA-2012, quando das contribuições para a construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA, que reforça o despreparo do professorado, característica comum em todo território nacional, tal como se pode ver no texto que se segue:

Formação insuficiente dos alfabetizadores, formadores e coordenadores. A grande maioria ainda está cursando ou concluiu o Ensino Médio. Os resultados insuficientes derivam, em grande parte, da existência de profissionais despreparados para realizar o trabalho de alfabetização. A formação inicial de uma semana e as instituições contratadas para fazer a formação continuada, em muitos casos, também não são suficientes para qualificar adequadamente o profissional para o desempenho da função que garantiria o direito do educando. Após uma semana de formação inicial, muitos dos jovens que desempenham a função de educadores começam o trabalho com turmas sem que tenham qualquer formação acadêmica ou prática que dê sustentação ao trabalho pedagógico. Isso se torna ainda grave quando somado ao fato de que o coordenador também não tem suficiente formação para identificar e encaminhar as dificuldades, sendo em alguns casos uma indicação partidária da gestão local (SILVA et al., 2012, p.23).

No caso em análise, a limitação do professorado em relação à aplicação do método freireano “Círculo de Cultura” trouxe sérios prejuízos ao programa. Na visão de alguns professores, coordenadores e até da coordenação geral do programa, o pouco tempo para a formação dos sujeitos constitui um dos principais fatores para a utilização pouco adequada das metodologias pensadas para a proposta.

Como forma de superar essa dificuldade, as aulas foram organizadas em tempos educativos, nos quais o vídeo-aula foi utilizado como um momento do método, apesar de não ser o único. Há registro, também, do uso de outros materiais pedagógicos orientadores como subsídios para os educadores-alfabetizadores.

Ressalta-se a relevância do papel do educador, pois o bom acolhimento e a valorização do educando pelo professor possibilitam a abertura para o canal da aprendizagem, pois fomentam o encontro dos saberes da "vida vivida" com o dos saberes escolares. Nesse sentido, reafirma-se a percepção de muitos autores quando afirmam que a relação professor/aluno é fundamental para o sucesso na educação.

A figura do professor aparece em nossas lembranças como aquela que marcou uma predileção por determinada área do conhecimento como alguém que nos influenciou em nossas escolhas profissionais mesmo como alguém com quem nada aprendemos ou até como aquela pessoa com as quais não gostaríamos de nos encontrar na rua. Isso nos ajuda a compreender que o professor exerce um papel determinante e de responsabilidade tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso escolar de qualquer um dos seus alunos. (CADERNOS DE EJA, 2006, p. 17).

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, o desempenho do professor tem sido marcado por muitas debilidades, sendo analisado como determinante para as situações do fracasso escolar. Numa perspectiva inversa, torna-se fundamental a valorização dos saberes que os alunos trazem para a sala de aula, assim como o reconhecimento da existência da sabedoria do educando, por parte do professor, pois certamente contribui para que ele desenvolva uma autoimagem positiva, ampliando a autoestima e fortalecendo a autoconfiança.

Na verdade, quando professores e alunos trabalham juntos, é possível se antever os resultados, pois, mesmo desempenhando papéis diferenciados, o respeito, a camaradagem e o incentivo mútuo certamente contribuirão para o sucesso da aprendizagem. Portanto, o aluno que aprende também leva seu professor a fazer descobertas sobre como ensinar, contudo também ensina, reforçando, assim, a premissa freireana de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68).

Ante o exposto, nota-se a relevância de se pensar políticas públicas perenes que invistam na formação do educador de jovens e adultos, superando a realidade que aponta para a existência de professores com formação precária, constituindo um espaço marcado por posições que justificam a atuação de professores leigos, ou mesmo monitores, sem preocupação com a formação inicial e continuada.

#### **4. Considerações Finais**

A formação do alfabetizador de jovens e adultos é um dos principais desafios enfrentados no desenvolvimento de políticas e programas de alfabetização, que se tenta delinear de várias maneiras, seja pela ação direta em processos diversos, seja pela ação direta de formação inicial, nos cursos universitários e habilitações para

a docência e de formação continuada em serviço, seja pela produção de subsídios pedagógicos e materiais didáticos que privilegiam o alfabetizador como leitor.

Esse estudo constatou que a formação inicial e continuada do alfabetizador do Programa Fortaleza Alfabetizada não levou os alfabetizadores a utilizar na sala de aula o método do círculo de cultura proposto. Dentre os fatores que contribuíram para essa constatação, destaca-se o fato de os profissionais, em especial o alfabetizador, não terem habilitação profissional formal, o que não lhes possibilita muitos avanços em tão pouco tempo. O tempo para a aprendizagem, tanto dos alfabetizadores como dos educandos, é de crucial importância para a consolidação das aprendizagens propiciadas e das competências despertadas na formação. As competências da lecto-escrita dos educandos, por exemplo, necessitam de ampliação dos tempos de aprendizagem para propiciar-lhes a continuidade da escolarização.

Também há indicações de que o uso de duas metodologias com premissas tão diferenciadas para serem trabalhadas com alfabetizadores, sem formação prévia adequada, contribuiu para a não efetividade do programa nos termos pensados. Esta, embora seja uma questão importante de análise, omitimo-nos de fazê-la, aqui, porque a pesquisa não disponibilizou elementos suficientes para tal. Isso não nos impede dizer que, simplesmente, uma proposta inovadora não é suficiente à organização do processo de ensino-aprendizagem dos alfabetizadores e alfabetizandos. É preciso reconhecer que a proposta do método cubano vai na contramão de todas as pesquisas realizadas nos últimos trinta anos em diferentes áreas, como a linguística, a psicologia e a educação.

Considerando os resultados desse trabalho, o estudo sugere que, para se buscar os caminhos ou soluções favoráveis à formação do educador, deve-se considerar as condições concretas de vida, de instrução e socioeconômicas e adotar medidas de seleção, no sentido de que a formação inicial, continuada e permanente destes caminhem para a constituição de uma nova didática com profissionais comprometidos, qualificados e habilitados ao magistério na área de EJA; uma oferta que não seja de políticas compensatórias, mas uma proposta de Política de EJA capaz

de romper com as práticas das antigas campanhas de caráter assistencialista, descomprometidas em relação à continuidade da escolarização e com a transformação da sociedade; uma proposta de educação inovadora na seleção de conteúdos e orientações didáticas, que considere as pessoas como sujeitos do processos e respeite a diversidade como valor, que seja continuada e libertadora.

É preciso, antes de tudo, lembrar que a alfabetização "concebida como conhecimento básico" é necessária a todos e é um direito humano fundamental.

## LITERACY TO SCHOOLING : *first approaches to fortaleza literate program*

**Abstract:** The research falls within the field of Youth and Adult Education and aims to analyze the Fortaleza Literate Program , examining how and to what extent it is contributing to solve and / or minimize the historical discontinuity of schooling in elementary education level of youth and adult graduates of this program in the city of Fortaleza . The research is based on a qualitative approach . Builds on participant observation . This article seeks to bring the first approaches to the program , from what has already been researched so far. Considering the results of this work , the study suggests that in Program move towards the establishment of a new teaching with qualified and committed professionals to teaching EJA ; an offer other than compensatory policies , aimed to break with the practices of the old welfare campaigns character, uncommitted to the continuity of schooling and the transformation of society , a proposal for innovative education in the selection of content and didactic orientation , which considers people as subjects of processes and respects diversity as a value and is continuing and liberating .

**Key words:** Youth and Adult Education . Schooling . Fortaleza Literate Program.

### 5. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CADERNOS DE EJA. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos. Alunas e Alunos da EJA . Parte 2 - As diferentes raízes culturais.** Brasília: MEC, 2006

DI PIERRO, M. C. Notas Sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: **Educação & Sociedade.** Campinas, v. 26, n. 92, p. 115-1139, out. 2005. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0bPOEJr6vvEJ:periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/download/16340/9363+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 20/01/2013

\_\_\_\_\_. **Visões da educação de jovens e adultos.** In: Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. OK!

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HADDAD, S. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In: **Revej@ on line** v. 1, p. 1-113, ago. 2007. Disponível em [www.oei.es/noticias/spip.php](http://www.oei.es/noticias/spip.php)? Acesso em: 04/04/2013

SILVA, Analise da et al. **Contribuições para a Construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA.** GT CNAEJA - PBA, SECADI, 2012. Disponível no site: [www.bibliotecadigital.perc-campinas.edu.br/tde-\\_busca/processa/arqui](http://www.bibliotecadigital.perc-campinas.edu.br/tde-_busca/processa/arqui). Acesso em: 03/02/2013

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil.** Lições da prática. Brasília, 2008.